



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 109576/23

EXERCÍCIO: 2023

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Paulista

DATA DE ENTRADA: 30/10/2023

ASSUNTO: Licitação - 00003/2023 - Dispensa (Lei Nº 8.666/1993) - Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município.

INTERESSADOS: Dellanny Lucena da Silva Santos
Valmar Arruda De Oliveira

PROPOSTA ATUALIZADA

REF.: DISPENSA N° DV00003/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA

OBJETO: Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município; Dividir as categorias artísticas existentes no município, para a proposta a ser apresentada nos editais municipais (Lei Paulo Gustavo); Criação de 4 editais, dentro da lei federal onde irá beneficiar as categorias artísticas locais(audiovisual, Sala de Cinema, oficinas Audiovisual e demais categorias artísticas); Criação do plano de ação, de acordo com o valor da lei federal, recebido pelo município e assessorar o gestor municipal, a cadastrá-lo na Plataforma Mais Brasil; Criação e/ou reunião com o Conselho/Comitê Municipal de Cultura, para explicação da aplicação da lei e da função do conselho/comitê; Montar a ficha de inscrição e a autodeclaração, de acordo com o edital municipal; Criar o regulamento e ideia de propostas artísticas, que estarão disponíveis nos editais, para os artistas se inscreverem e lançarem suas propostas de acordo com o exposto no edital; Reunião com a classe artística, para explicação da Lei e suporte para inscrições no município e prestação de contas.

PROPONENTE: **40.046.862 GENALDO SILVA LIMA**
 CNPJ n° 40.046.862/0001-70
 RUA JOAO ALVES, SN - CONJ
 BATALHAO - CATOLE DO ROCHA - PB - 58884-000
 (83) 9926-9422
 genaldol@gmail.com

Prezados Senhores,

Considerada a proposta apresentada, ocorrências e observações eventualmente apontadas durante o processo licitatório, bem como os critérios definidos no instrumento convocatório, ao final do referido certame - Dispensa n° DV00003/2023 -, produziu-se o seguinte resultado que representa a **proposta inicial devidamente atualizada**:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município; Dividir as categorias artísticas existentes no município, para a proposta a ser apresentada nos editais municipais (Lei Paulo Gustavo); Criação de 4 editais, dentro da lei federal onde irá beneficiar as categorias artísticas locais(audiovisual, Sala de Cinema, oficinas Audiovisual e demais categorias artísticas); Criação do plano de ação, de acordo com o valor da lei federal, recebido pelo município e assessorar o gestor municipal, a cadastrá-lo na Plataforma Mais Brasil; Criação e/ou reunião com o Conselho/Comitê Municipal de Cultura, para explicação da aplicação da lei e da função do conselho/comitê; Montar a ficha de inscrição e a autodeclaração, de acordo com o edital municipal; Criar o regulamento e ideia de propostas artísticas, que estarão disponíveis nos editais, para os artistas se inscreverem e lançarem suas propostas de acordo com o exposto no edital; Reunião com a classe artística, para explicação da Lei e suporte para inscrições no município e prestação de contas	Sev	1	6.000,00	6.000,00
				Total:	6.000,00

Paulista - PB, 07 de Julho de 2023.

40.046.862 GENALDO SILVA LIMA
 40.046.862/0001-70



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 30/10/2023 às 09:59:48 foi protocolizado o documento sob o Nº 109576/23 da subcategoria Licitações , exercício 2023, referente a(o) Prefeitura Municipal de Paulista, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Dellanny Lucena da Silva Santos.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Paulista

Número da Licitação: 00003/2023

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 07/07/2023

Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Paulista

Modalidade: Dispensa (Lei Nº 8.666/1993)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 6.000,00

Fontes de Recursos: Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (631).

Objeto: Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 81

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 6.000,00

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): 40.046.862 Genaldo Silva Lima

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 40.046.862/0001-70

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Declaração de atendimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.	Não	
Justificativa da contratação	Não	
Justificativa do preço contratado	Não	
Justificativa para a escolha do contratado	Não	
Parecer técnico e/ou jurídico	Não	
Previsão Orçamentária	Não	
Projeto básico ou termo de referência	Não	
Proposta 1 - Proposta e Anexos - 40.046.862 Genaldo Silva Lima	Sim	6d7d7647953de8c7dcae9138896907c6
Ratificação	Não	

João Pessoa, 30 de Outubro de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DISPENSA N° DV00003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 230705DV00003

CONTRATO N°: 00220/2023-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA E 40.046.862 GENALDO SILVA LIMA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Paulista - Praça Cândido de Assis Queiroga, 30 - Centro - Paulista - PB, CNPJ n° 08.945.727/0001-53, neste ato representada pelo Prefeito Valmar Arruda de Oliveira, Brasileiro, Casado, Medico Veterinario, residente e domiciliado na Sitio Carcara, SN - Zona Rural - Paulista - PB, CPF n° 884.399.414-04, Carteira de Identidade n° 1585647 SSPPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado 40.046.862 GENALDO SILVA LIMA - RUA JOAO ALVES, SN - BATALHAO - CATOLE DO ROCHA - PB, CNPJ n° 40.046.862/0001-70, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação n° DV00003/2023, processada nos termos da Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município; Dividir as categorias artísticas existentes no município, para a proposta a ser apresentada nos editais municipais (Lei Paulo Gustavo); Criação de 4 editais, dentro da lei federal onde irá beneficiar as categorias artísticas locais(audiovisual, Sala de Cinema, oficinas Audiovisual e demais categorias artísticas); Criação do plano de ação, de acordo com o valor da lei federal, recebido pelo município e assessorar o gestor municipal, a cadastrá-lo na Plataforma Mais Brasil; Criação e/ou reunião com o Conselho/Comitê Municipal de Cultura, para explicação da aplicação da lei e da função do conselho/comitê; Montar a ficha de inscrição e a autodeclaração, de acordo com o edital municipal; Criar o regulamento e ideia de propostas artísticas, que estarão disponíveis nos editais, para os artistas se inscreverem e lançarem suas propostas de acordo com o exposto no edital; Reunião com a classe artística, para explicação da Lei e suporte para inscrições no município e prestação de contas.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação n° DV00003/2023 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS). Representado por: 2 x R\$ 3.000,00.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município; Dividir as categorias artísticas existentes no município, para a proposta a ser apresentada nos editais municipais (Lei Paulo Gustavo); Criação de 4 editais, dentro da lei federal onde irá beneficiar as categorias artísticas locais(audiovisual, Sala de Cinema, oficinas Audiovisual e demais categorias artísticas); Criação do plano de ação, de acordo com o valor da lei federal, recebido pelo município e assessorar o gestor municipal, a cadastrá-lo na Plataforma Mais Brasil; Criação e/ou reunião com o Conselho/Comitê Municipal de Cultura, para explicação da aplicação da lei e da função do conselho/comitê; Montar a ficha de inscrição e a autodeclaração, de acordo com o edital municipal; Criar o regulamento e ideia de propostas artísticas, que estarão disponíveis nos editais, para os artistas se inscreverem e lançarem suas propostas	Sev	1	6.000,00	6.000,00

de acordo com o exposto no edital; Reunião com a classe artística, para explicação da Lei e suporte para inscrições no município e prestação de contas					
Total:					6.000,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irreatáveis no prazo de um ano. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da assinatura do contrato, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
02.140 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
13.392.0036.2064 - Manutenções de Ações Culturais no Município - Art. 5º - Lei 195/2022.
17150000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 -Art. 6º - Audiovisual
3390-35 - Serviços de Consultoria
3390-39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: Pagamento em duas parcelas sendo 50% no início e 50% no final.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:
a - Início: 3 (três) dias;
b - Conclusão: 12 (doze) meses.
A vigência do presente contrato será determinada: até 07/07/2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada nos termos do Art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de São Bento.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Paulista - PB, 07 de Julho de 2023.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

VALMAR ARRUDA DE OLIVEIRA
Prefeito
884.399.414-04

PELO CONTRATADO

40.046.862 GENALDO SILVA LIMA



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 30/10/2023 às 10:01:06 foi protocolizado o documento sob o Nº 109579/23 da subcategoria Contratos , exercício 2023, referente a(o) Prefeitura Municipal de Paulista, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Dellanny Lucena da Silva Santos.

Número do Contrato: 000002202023

Data da Publicação: 07/07/2023

Data da Assinatura: 07/07/2023

Data Final do Contrato: 07/07/2024

Valor Contratado: R\$ 6.000,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: Assessorar a gestão local, junto com a Secretaria Municipal de Cultura, na implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo dentro do município.

Contratado (Nome): 40.046.862 Genaldo Silva Lima

Contratado (CNPJ): 40.046.862/0001-70

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 81

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Não	
Comprovantes de regularidade da contratada	Não	
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Não	
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	51f50372c16cea7a8e1c88fd8b674002
Designação da fiscalização técnica do contrato	Não	
Designação do fiscal administrativo do contrato	Não	
Designação do gestor do contrato	Não	

João Pessoa, 30 de Outubro de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

**Documento:** 109576/23**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Paulista**Exercício:** 2023

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 30/10/2023 às 10:01h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 109579/23 ao Documento 109576/23, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 109576/23:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	5 - 7	51f50372c16cea7a8e1c88fd8b674002
RECIBO PROTOCOLO	8	508829aaae30585f16f1e44ff7bb4f62

João Pessoa, 30 de Outubro de 2023**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**